



## AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PELO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM CAPANEMA-PR

Angelica Werkhausen <sup>1</sup>

Rozane Márcia Triches <sup>2</sup>

O presente trabalho visa identificar e descrever como ocorre o processo de aquisições públicas para alimentação escolar no município de Capanema (PR), verificando se este município está atendendo a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este interesse advém da necessidade cada vez mais premente de buscar soluções para as questões alimentares e nutricionais que vêm sendo verificadas no país nos últimos anos. A evolução dos padrões de consumo alimentar indica o declínio no consumo de alimentos básicos e tradicionais da dieta do brasileiro, como o arroz e o feijão e o aumento no consumo de produtos industrializados, e também ingestão insuficiente de frutas e hortaliças. Este perfil alimentar tem elevado os índices de sobrepeso e de doenças crônicas não transmissíveis. Seguindo nesta perspectiva, o PNAE passou a se apresentar como um grande potencial para ser utilizado como uma política de caráter estruturante, ao abrir a possibilidade de adquirir os gêneros alimentícios de produtores locais, gerando renda e beneficiando pequenos agricultores e, ao mesmo tempo providenciando alimentos mais saudáveis e adequados aos escolares. A partir destas prerrogativas que se torna importante aprofundar o estudo sobre o PNAE e verificar como esta política vem se efetivando nos municípios. Para tanto, este estudo buscou verificar a regularidade, a quantidade, a qualidade e a diversidade dos alimentos servidos na alimentação escolar adquiridos de agricultores familiares no município de Capanema. Para a coleta de dados, utilizou-se as Chamadas Públicas (CP) para aquisição de produtos da Agricultura Familiar (AF), Editais de Licitação (EL) para demais produtos, Prestação de Contas (PC) e os Cardápios do ano de 2012. O município de Capanema utilizou entre recursos federais e municipais o total de R\$ 596.966,15 para alimentação escolar, utilizando 108.192,81 para aquisição de produtos da AF, ou seja, apenas 18%. Se considerarmos só o recurso do Governo Federal, este percentual seria de 83%. Em relação aos produtos adquiridos estão frutas (laranja, mamão, banana, polpa de frutas e doce de frutas), hortaliças (cenoura, beterraba, chuchu, repolho, alho e alface), massas e panificados (pães, biscoitos, cuca, macarrão), tubérculos (mandioca, batata doce), canjica, doce de leite, mel, melado e pé-de-moleque. Os produtos, segundo consta nas condições

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Nutrição, Campus Realeza, UFFS, Bolsista do Programa PIBIC/UFFS. Edital 262/UFFS/2012. werkhausen\_angelica@hotmail.com.br

<sup>2</sup> Professora Adjunta I, Doutora em Desenvolvimento Rural, Curso de Nutrição, Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Realeza. rozane.triches@uffs.edu.br

de entrega, deveriam ser entregues semanalmente em local único e estar em perfeitas condições de consumo. Por exemplo, 90% das bolachas de cada pacote deveriam estar inteiras. Também chama atenção a padronização exigida das frutas e hortaliças, bem como sua higienização e embalagem. Observa-se que muitos gêneros ainda não são adquiridos de AF como carnes, laticínios, feijão, pipoca e que constam em grandes quantidades no EL. Conclui-se que o município ainda tem um potencial de compra muito grande para produtos de AF, e, portanto, os motivos que o frustram devem ser aprofundados.

**Palavras-chave:** alimentação escolar; políticas públicas, desenvolvimento rural.